

A Educação do Campo e o enfrentamento da Covid-19 no estado da Bahia
The Education of the Field and the facing of Covid-19 in the state of Bahia

Jamile de Souza SOARES*

Antônio Domingos MOREIRA**

Adenilson Souza Cunha JÚNIOR***

RESUMO: Este texto tem por objetivo analisar os impactos e as desigualdades educacionais com o uso das tecnologias do modelo emergencial de educação nesse período de Pandemia da Covid-19, na modalidade de Educação do Campo, no contexto do estado da Bahia. Para isso, o método utilizado para análise dos dados foi o Materialismo Histórico Dialético e se centralizou por um questionário conduzido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade – GEPEMDECC, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, com perguntas abertas e fechadas com 756 educadores da educação básica e superior do estado da Bahia, em tempos do Covid-19. Os resultados da pesquisa demonstraram que existem carências nos investimentos das políticas públicas educacionais e, principalmente, na Educação do Campo. Além disso, fica evidente a precarização docente, por meio de contratos de trabalho sem o mínimo direitos para o exercício da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Covid-19; Desigualdades Educacionais; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This text aims to objective of analyzing the educational impacts and inequalities with the use of the technologies of the emergency model of education in this period of Pandemic Covid-19, in the Field Education modality, in the context of the state of Bahia. For this, the method used for data analysis was the Historical Dialectical Materialism and was centered on a questionnaire conducted by the Study and Research Group on Social Movements, Diversity and Education in the Countryside and the City - GEPEMDECC, by the State University of Southwest Bahia – UESB, with open and closed questions with 756 educators of basic and higher education, from the state of Bahia, in Covid-19 times. The results of the research demonstrated that there are deficiencies in the investments of public educational policies and, mainly, in Field Education. In addition, the precariousness of teachers is evident, through employment contracts without the minimum rights for the exercise of the profession.

KEYWORDS: Field Education; Covid-19; Educational Inequalities; Public Policy.

* Pedagoga pela UNEB; Mestranda do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação da UESB (PPGE/Uesb); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade – Gepemdecc/CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3732-5274>; E-mail: jamsouza_2016@hotmail.com

** Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGE/Uesb; Especialista em Agroecologia pelo IF/Baiano e Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica - Faculdade Montenegro; Professor da Rede Municipal de Riacho de Santana - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2856-1219>; E-mail: tony.dom1987@gmail.com

*** Licenciado em Pedagogia, Mestre e Doutor em Educação (UFMG). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3622-1799> E-mail: adenilsoncunha@uesb.edu.br

1 Introdução

Atualmente, devido à pandemia da Covid-19 que se alastra por quase todos os países do mundo, várias mudanças acontecem em diversas áreas com o objetivo de adaptar a sociedade a nova rotina. No sistema educacional, por exemplo, com a impossibilidade de aulas presenciais em alguns lugares estão acontecendo aulas remotas por meios tecnológicos. Neste cenário, o presente texto traz discussões dos impactos da crise sanitária, provocada pela Covid-19, na modalidade da Educação do Campo no estado da Bahia.

No que se refere à Covid-19, no Brasil, o primeiro caso foi notificado pelo Ministério da Saúde ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020, posteriormente o vírus foi espalhando por todos estados do território nacional. Muitas são as formas de contaminação pelo vírus, que possui alta taxa de transmissão e um percentual assustador de letalidade. A doença do novo Coronavírus-2019 denominada (Covid-19) é uma enfermidade respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2. Em dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) começou a monitorar um aumento de casos de pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, na China. Em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas informaram que a causa era esse novo tipo de Coronavírus.

Nas informações divulgadas no dia 11 de fevereiro de 2021, os dados apresentados e atualizados, no Brasil já registraram um total de 9.713.909 de pessoas infectadas pela Covid-19. Deste total, 8.643.693 se recuperaram da doença e 236.201 morreram em decorrência do novo Coronavírus, segundo os dados levantados pelo Ministério da Saúde. (CORONAVÍRUS BRASIL - COVID-19, 2021).

Quanto ao estado da Bahia, registrou nesta quinta-feira (11/02/2021), 3.253 novos casos da Covid-19 nas últimas 24 horas, total passa de 620 mil e mortes chegaram a 10.543. De acordo com as informações divulgadas pela Secretaria da Saúde do estado da Bahia (SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia). Os dados fazem parte do boletim diário da pasta, que contabiliza desde o início da pandemia em todo o estado baiano.

Nesse período de pandemia da Covid-19, as dificuldades surgem mais ainda quando se caracteriza a Educação do Campo, ao considerarmos o atual cenário das discussões referentes à qualidade e a identidade das escolas e dos povos localizados no campo, bem como, a estreita relação existente entre a baixa escolaridade, a evasão escolar e as situações de vulnerabilidade, que se relacionam com aspectos, socioeconômicos, socioculturais, socioambientais e socioespaciais, entre outros. Mesmo sendo considerado termos antagônicos,

sociabilidade e vulnerabilidade, podem convergir, uma vez que, não são utilizados apenas como conceitos, mas nas práticas da vida, no cotidiano de várias comunidades, para lidar e superar situações de vulnerabilidade enfrentadas a partir da sociabilidade e as desigualdades educacionais em tempos da Covid-19.

Destarte, esse estudo se constituiu do recorte de uma pesquisa maior em curso, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GEPEMDECC) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), intitulada “Os impactos da utilização das tecnologias educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares nos municípios localizados no estado da Bahia no contexto da pandemia da Covid-19”, aprovada pelo Comitê de Ética da UESB, com parecer nº 4.130.396 e CAAE nº 33864620.6.0000.0055. Desse modo, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma, no primeiro momento, a abordagem da contextualização do Coronavírus no cenário educacional relacionando a legislação, posteriormente a Educação do Campo e as desigualdades e por último, a educação remota como proposta pedagógicas de unidade escolar com as normas do CNE de acordo as resoluções nacionais e estaduais.

2 Metodologia

Para execução da pesquisa, optamos pela metodologia de caráter qualitativo e utilizamos previamente uma revisão bibliográfica e documental das resoluções decretadas no contexto da pandemia (Covid-19), pelos governos nas esferas: nacional e estadual, observando como objetivo geral analisar a Educação do Campo em tempos de ensino remoto, no contexto do estado da Bahia.

Nessa análise, utilizamos o Materialismo Histórico Dialético – MHD, no qual a perspectiva materialista, é preciso conhecer a sociedade e seus aspectos para trabalhar na superação das desigualdades sociais. Nesse sentido, o materialismo considera que na sociedade tudo está ligada à natureza, visto que o homem age sobre ela para produzir seus materiais de consumo, no entanto, não somos produtos da natureza, mas sim da história humana. Por mais que exista esta ligação entre o homem e a natureza suas histórias são distintas e sobre isto Spirkin e Yakhov (1975b, p. 9) afirmam que “A história da sociedade se distingue da história da natureza, em primeiro lugar, pelo facto de que a primeira é feita pelos homens enquanto ninguém faz a segunda”.

Seguindo essa linha de pensamento, as análises de dados considera que a “essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial ou apenas sob ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário”, considerando o fato que de “a essência se manifesta no fenômeno”. (KOSIK, 1997, p.11). Realizamos uma discussão para aprofundarmos a pesquisa do campo educacional sobre as categorias que dialogam com objeto de pesquisa, as desigualdades educacionais, a implantação do ensino remoto, a Educação à Distância nas escolas do campo na Bahia.

Nessa perspectiva de análise de discussões, para verificarmos os dados, foi realizado um recorte do questionário em curso, realizada pelo Grupo GEPEMDECC/UESB, intitulada “Os Impactos das tecnologias Educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares nos municípios localizados no Estado da Bahia no Contexto da pandemia de Covid-19 no mês de maio de 2020”.

Na aplicação do questionário recorremos a Gil (1999, p.128), o mesmo salienta que “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Já Moreira e Caleffe (2006, p.70) apontam que “ são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fenômeno”.

A coleta de dados teve como objetivos analisar os impactos e a viabilidade do uso das tecnologias na Educação do Campo nesse período de pandemia, no contexto do estado da Bahia. A pesquisa foi direcionada a professores de todos os níveis e modalidades de ensino que atuam no estado Bahia e alguns outros estados, através do envio de um questionário elaborado na plataforma *surveymonay*. Assim, recebemos as respostas por e-mail, aplicativo WhatsApp, de 756 sujeitos, em sua maioria do estado da Bahia, sendo o total de 97,22%.

3 A Educação do Campo

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, bem como preconiza em seu artigo 206, no inciso I o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Pela leitura de tais artigos denota-se que a educação é um direito cabível para toda e qualquer pessoa, não podendo ser renegado para a população camponesa. E tal direito deve ser garantido nas

mesmas condições de acesso e permanência que é oferecido para a parcela da população do meio urbano (BRASIL, 1988).

Neste contexto, de acordo com Ferreira e Brandão (2011), os primeiros debates sobre a educação do campo foram realizados no “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (ENERA), promovido pelo MST, com apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Universidade de Brasília (UnB), em 1997, e, posteriormente, também na intitulada “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luziânia/GO, onde os conferencistas elaboraram propostas de políticas públicas para Educação do Campo no Brasil.

Assim, em um contexto de lutas, pensado pelos movimentos sociais, é construída a Educação do Campo da seguinte maneira:

A educação do campo toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona a perspectiva da universalidade, mas disputa sua inclusão nela. [...] a Educação do Campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém da sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. [...] se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz crítica ao modo de conhecimento dominante [...] (CALDART, 2009, p.38).

A Educação do Campo tem em sua gênese a luta contra as injustiças sociais sofridas pelo sujeito do campo. Luta pelo acesso à escola no meio rural, mas não uma escola no modelo capitalista que desvaloriza a agricultura familiar e os camponeses, ao contrário, uma escola que reconheça o homem do campo e sua importância social. Pois, no contexto social da atualidade, predeterminado pelo modelo capitalista que tem como objetivo a acumulação e o lucro, a educação para os sujeitos do campo é pensada visando os interesses do capital, de expropriação da terra para o agronegócio e qualificação de mão de obra barata.

Entretanto, na última década, os movimentos sociais conquistaram algumas políticas públicas educacionais que sustentam a Educação do Campo no país, políticas que devem ser valorizadas, debatidas e pesquisadas em sua prática, buscando sempre avanços para efetivação de uma educação de qualidade. Dentre as legislações conquistadas, bem como programas e projetos, cabe destacar a resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, também o Decreto nº 7.352, de 4 de

novembro de 2010, em que a Educação do Campo se torna de fato uma política pública educacional.

As políticas públicas que garantem a Educação do Campo enquanto direito são grandes conquistas dos movimentos sociais, porém no que se refere a efetivação desses marcos normativos na prática ainda persistem inúmeras lacunas. As discrepâncias entre cidade e campo ainda persistem e são reproduzidas no nosso modelo de sociedade, que valoriza o agronegócio e desconsidera o pequeno produtor rural, negando-lhe o direito à terra, a escola em sua comunidade e uma educação que respeite seus modos de ser e de viver e que pense sua emancipação, ao contrário de sua dominação.

3.1 A Educação em tempos de pandemia da Covid-19

O Brasil e o mundo estão enfrentando a mais grave crise sanitária e econômica dos últimos anos com a pandemia da Covid-19 que interrompeu o curso da vida das pessoas e está desafiando a lógica de produção da existência da sociedade mundial. A defesa da vida humana, nessa situação emergencial, exige uma postura de responsabilidade coletiva que passa, neste momento, pelas medidas de distanciamento social.

Nessa conjectura, percebe-se que os avanços tecnológicos e a globalização evidenciados pelo capitalismo, não modificaram as desigualdades e contradições do sistema, como afirma Davis (2020, p. 12): “[...] a atual pandemia expande esse argumento: a globalização capitalista parece agora biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infraestrutura de saúde pública internacional.”.

Devido à calamidade da saúde pública, com o aumento dos infectados e lotação dos hospitais, em 20 de março foi publicado pelo Congresso nacional, o Decreto legislativo nº 6 de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no país devido a pandemia do Coronavírus. Seguidamente várias medidas vêm sendo tomadas buscando conter o vírus e cuidar da saúde dos infectados. Assim, a pandemia tem modificado a vida dos brasileiros, bem como suas relações sociais, visto que, inúmeras precauções devem ser adotadas para evitar a disseminação do vírus, como uso de máscaras, álcool em gel e o importante distanciamento social.

No que se refere à educação, por meio da Portaria nº 343, no dia 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19. Posteriormente,

em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da Covid-19. Mais recentemente foi homologado o Parecer CNE/CP Nº:5/2020, aprovado em 28 de abril, que trata da Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia.

Assim, em meio à pandemia e à impossibilidade das aulas presenciais, foram necessárias reorganizações das atividades escolares, com a possibilidade de cômputo das aulas em meios digitais e outras atividades não presenciais com o objetivo de cumprir a carga horária. Em decorrência deste cenário estados e municípios buscam reorganizar o calendário escolar utilizando de aulas não presenciais, emitindo resoluções e/ou pareceres. Na Bahia, o Conselho Estadual de Educação (CEE) publicou a Resolução CEE nº 37 de 18 de maio de 2020, dispondo sobre as normas complementares à Resolução CEE Nº. 27 de 25 de março de 2020. O CEE aponta para um regime especial de aplicação de atividades curriculares nos domicílios dos estudantes que se caracteriza pela realização de trabalhos escolares planejados pela escola, como uso de material didático impresso e/ou utilização dos meios digitais.

3.2 Desigualdades sociais em meio à pandemia da Covid-19

Refletir acerca das desigualdades sociais nos faz remeter a todo o processo histórico de desigualdade no nosso país, desde a escravidão aos dias atuais. Contudo, é preciso ampliar o campo de visão e compreender que o sistema capitalista que rege as relações sociais/econômicas/políticas, é alicerçado nestas desigualdades, e que para sua existência é necessária a exploração, acumulação e lucro, concomitantemente à miséria da maioria (MARX, 2008).

As desigualdades no Brasil são visíveis e preocupantes, enquanto a maior parte da população vive em condições mínimas de existência, uma pequena parcela detém um patrimônio acumulado que é originado da exploração da classe trabalhadora (a maioria), como afirma Campello et al (2018, p.3)

É absolutamente importante discutir a desigualdade do ponto de vista da renda, olhando o estoque de capital e o patrimônio acumulado pelos ricos. No entanto, o olhar sobre a desigualdade não pode ignorar a necessidade de superar a assimetria de acesso a bens e serviços. Uma parcela expressiva da população vem vivendo à margem de condições mínimas de vida.

Neste cenário, em que a população vive em condições mínimas de acesso aos bens e serviços, como a saúde, a educação, os avanços tecnológicos etc. Os sujeitos vivem do seu trabalho, que lhes proporciona o suficiente apenas para sua existência, ao contrário da classe dominante acumula o lucro do trabalho do explorado. Assim, no cenário atual, no lugar da exploração velada do sistema feudal, vivenciamos a exploração aberta, cínica e brutal da burguesia (MARX; ENGELS, 1999).

Ademais, em meio à pandemia da Covid-19, estas desigualdades preexistentes do sistema capitalista, se tornam ainda mais exacerbadas, como apontam Pires et al (2020)

A hipótese aqui sugerida de que a base da pirâmide tem maior probabilidade de precisar de internação no caso de contaminação pelo Covid-19 vem somar-se a outros fatores que tornam as populações de baixa renda mais vulneráveis à crise de saúde pública e ao colapso econômico associados à atual pandemia. (2020, p. 4).

Segundo as autoras, a população pobre do país, a base da pirâmide, é a maior impactada pelos efeitos da pandemia, devido à ausência de recursos, estratégias de prevenção e tratamento da doença no cotidiano. A classe trabalhadora tem também dificuldade de manter o isolamento social, pois sobrevive de seu emprego, além de ter menos acesso ao saneamento básico e a saúde.

A classe trabalhadora é a mais vulnerável diante da pandemia, pois “Nas periferias, favelas e outros espaços de vida destes sujeitos, está um grande aglomerado de trabalhadores e trabalhadoras que compõem os ditos serviços prioritários durante a pandemia” (FARIAS; JUNIOR; 2020, p. 8). Estes serviços são aqueles que não recebem prestígio na sociedade, mas que são essenciais para sustentação do sistema, como: os entregadores, empregadas domésticas, faxineiras, garis, motoristas, trabalhadores de supermercados, frentistas de postos de gasolina, dentre outros.

Farias e Junior (2020) destacam ainda outros grupos que se encontram em vulnerabilidade social, como a população em situação de rua, e também os indígenas que muitas vezes são desprovidos de assistência médica e logística de transporte para doentes. Também, uma questão importante é a violência doméstica, pois segundo Campbell (2020) é estimado que as denúncias de violência doméstica tenham aumentado no Brasil entre 40 e 50%, devido ao isolamento social.

No que se refere ao acesso à bens e serviços, destaque para as tecnologias digitais, instrumentos que estão sendo utilizados para as aulas remotas. O ensino que antes acontecia

de forma presencial teve que se adaptar à nova realidade, o que deixou ainda mais evidente as desigualdades no acesso as tecnologias entre os alunos e a falta de preparo das instituições, como salienta Ribeiro et al

[...] é certo que a maior parte do ensino brasileiro antes da pandemia era na modalidade presencial e a forma com que discentes e docentes tiveram que se adaptar somente escancarou a desigualdade socioeconômica entre os alunos e a falta de preparo das instituições de ensino, principalmente as públicas, para introduzir essa modalidade como único meio de continuar as atividades do ano letivo. (2020, p.4).

Nesse sentido, a realidade é a exclusão digital desses estudantes por não terem acesso à internet. Conforme dados obtidos pela pesquisa Tecnologia da Informação e Comunicação - TICs domicílios 2019, mais de 20 milhões de domicílios não possuem conexão à internet no país, realidade que afeta especialmente a região Nordeste (35%) e famílias com renda de até 1 salário mínimo (45%). A pesquisa ainda apontou que 58% dos brasileiros acessam a rede exclusivamente pelo telefone móvel, proporção que chega a 85% na classe D e E. O uso exclusivo do telefone celular também predomina entre a população preta (65%) e parda (61%), frente a 51% da população branca.

Este cenário, apontado pela pesquisa, traz implicações no acesso às aulas remotas, visto que, muitas vezes o aparelho pode ser compartilhado entre familiares e não possui o armazenamento necessários às atividades. Também, segundo os dados, a ausência da internet e o uso do celular predomina nas populações pretas e pardas, demonstrando as contradições que ainda persistem no país.

Diante desse contexto, onde os estudantes filhos da classe trabalhadora têm dificuldades no acesso às tecnologias digitais, em casa e na escola, são necessárias reflexões sobre as problemáticas que podem surgir devido à efetivação de um ensino remoto nesta realidade.

4 Análises dos dados

Com o objetivo de analisar os impactos e a viabilidade do uso das tecnologias na modalidade de Educação do Campo, buscou-se recorrer aos dados e evidências existentes para iluminar os desafios e limitações do ensino remoto e, também, as estratégias que são mais adequadas ao se optar por lançar mão dessa alternativa. A abordagem propositiva que aqui se caracteriza parte de uma importante premissa: frente a um cenário sem precedentes e que tem exigido do poder público educacional tomadas de decisões rápidas sobre questões inéditas e

altamente complexas, produções analíticas ganham maior aderência e utilidade na medida em que reconhecem o momento de excepcionalidade.

Nessa linha, busca-se um modelo emergencial de educação em substituição às aulas presenciais nesse período de pandemia, na modalidade de Educação do Campo, no contexto do Estado da Bahia, foram utilizados os questionários conduzidos pelo Grupo GEPEMDECC/UESB. A pesquisa, que abordou a seguinte temática em questão: “Os Impactos das tecnologias Educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares nos municípios localizados no Estado da Bahia no Contexto da pandemia da Covid-19 no mês de maio de 2020”. Portanto, para este texto, foi realizado um recorte do questionário produzido pela pesquisa, evidenciando os dados que correspondem a questão das desigualdades educacionais e os impactos do ensino remoto na modalidade de Educação do Campo.

A pesquisa foi direcionada a professores de todos os níveis e modalidades de ensino que atuam no Estado Bahia e alguns outros estados, através do envio de um questionário elaborado na plataforma *surveymonay*. Recebemos as respostas de 756 sujeitos, sendo 97,22% da Bahia, mas salientamos que recebemos devolutivas do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Tocantins, do Rio Grande do Sul, da Paraíba e do Acre. A pesquisa chegou alcançar outros estados, e por isso, tivemos alguns questionários respondidos, totalizando 2,28% de outros entes federados. No questionário investigamos questões sobre o ensino remoto e a Covid-19, voltadas para os seguintes aspectos: Trabalho docente, uso das tecnologias, ensino e aprendizagem, currículo, vínculo empregatício e remuneração.

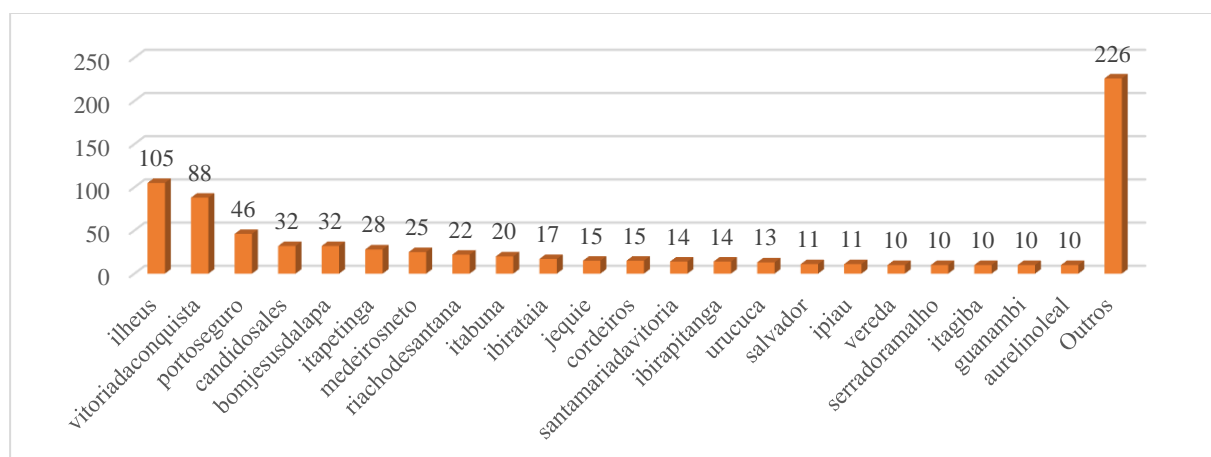
Na coleta de dados, considerando um quantitativo total 756 questionários foram respondidos, sendo que 41,30% dos sujeitos responderam que o município está oferecendo ensino remoto, enquanto 35,99% informaram que não, e 22,71% responderam que o município está oferecendo parcialmente, enviando atividades apenas para manter o vínculo entre escola e comunidade.

Nessa análise, dialogando com Arroyo (2010), é urgente retomar a relação, não superada, entre educação e desigualdade, visto que ocorreram, no decorrer da história, mudanças de qualidade das desigualdades e opressão que perduram na atualidade, não apenas por seu aumento, mas pelo refinamento dos tradicionais processos que as determinam. Essas desigualdades podem ser redefinidas, no contexto atual, pelos processos de concentração e de

apropriação-expropriação da renda, da terra, do espaço urbano, do conhecimento, das ciências e tecnologias, da privatização do estado, de suas agências e políticas.

Ademais, os municípios do estado que foram abrangidos com o estudo são apontados no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Distribuição do questionário por cidade na Bahia-BA

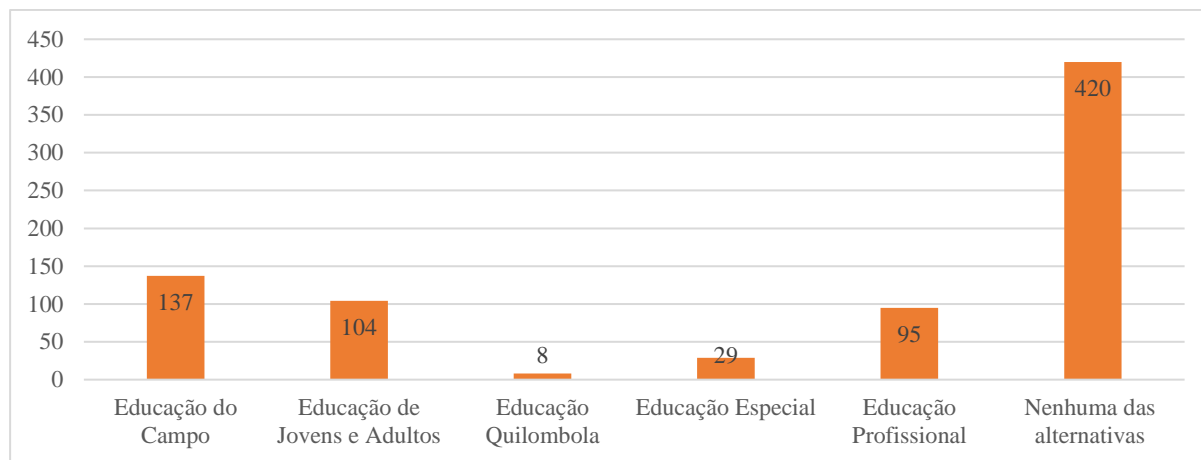


Fonte: Dados da Pesquisa do GEPEMDECC - UESB, 2020.

Nesse cenário, as cidades com mais questionários respondidos foram: Ilhéus, Vitória da Conquista, Porto Seguro e Candido Sales. Contudo, outras cidades também chamam atenção pela participação na pesquisa, como Riacho de Santana, Itapetinga, Medeiros Neto, dentre outras. Além disso, no que se refere ao perfil desses profissionais da educação e suas condições de trabalho em tempos da Covid-19, o questionário revela que 75.93% continuam tendo sua remuneração paga inteiramente, enquanto 16.40% estão recebendo apenas de forma parcial e 7.67% afirmaram que sua remuneração não está sendo paga, o que pode ser explicado devido a 29,63% serem contratados por regime determinado de trabalho.

Sobre a rede de ensino, a maioria dos profissionais da educação, cerca de 70.90%, afirmam atuar na educação pública municipal. Acerca da localização das escolas em que os sujeitos atuam, 73.15% estão na zona urbana e 26.85%, o que corresponde a 203 professores, na zona rural. Nesse sentido, ao serem questionados em que modalidade de educação atuam, apenas 18.77% marcaram a modalidade de educação campo, ou seja, 137 sujeitos, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Distribuição dos profissionais da educação por modalidade de ensino, a partir dos dados do questionário.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do GEPEMDECC – UESB, 2021.

Neste contexto, a modalidade de educação mais abarcada pelo questionário foi a Educação do Campo, com 137 profissionais que atuam na área; em seguida pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional. O número expressivo de professores que atuam na área pesquisada e que responderam ao questionário, faz com que esses dados sejam relevantes para compreender a realidade do ensino em tempos da Covid-19, bem como as desigualdades/contradições que ainda persistem no que se refere a cidade e campo.

Acerca do acesso à internet, do total de 756 sujeitos, os dados revelaram que 41,4% utilizam de *wifi* compartilhado com vizinhos e amigos. Quando questionados sobre a qualidade da conexão à internet 35,45% afirmaram ser regular, 27,12% satisfatória e 22,35% boa, demonstrando que ainda não tem acesso a uma rede de qualidade. Cabe ressaltar também que, 64,1% apontaram que as escolas em onde atuam adotaram inteiramente ou parcialmente o ensino remoto, apenas 35,9% não adotaram a essa forma de ensino. Assim, emerge a seguinte indagação: como estes profissionais adotaram o ensino remoto se professores e alunos não têm acesso a uma conexão de internet de qualidade?

A partir dos dados evidenciados sobre acesso de internet, percebe-se um indicativo para aulas *online*, as pesquisas evidenciam que não se trata de alternativa equivalente: atividades remotas, e até mesmo atividades mais estruturadas na modalidade Educação a Distância (EaD), têm suas limitações e, com efeito, não conseguirão substituir a experiência escolar presencial, em particular, quando aplicadas em escala na Educação Básica (SANTOS; NUNES, 2020).

Nessa perspectiva, o ensino remoto pode acontecer com a utilização de aulas/atividades online, como também com o envio de atividades impressas, vídeo aulas gravadas etc. Como aponta o Parecer CNE/CP Nº:5/2020, aprovado em 28 de abril, que trata da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia. Diante disso, ao responderem sobre as formas como o ensino remoto vem acontecendo, 40,48% dos profissionais apontaram que pelas redes sociais (facebook, WhatsApp, e-mail).

Analisando o contexto baiano e do Brasil, o professor da Faculdade Getúlio Vargas - FGV, Vieira (2020), afirma que a primeira coisa que chama a atenção durante essa crise sanitária é a resiliência e capacidade de adaptação dos profissionais da educação. “O mais importante foi que a sociedade vem se conformando aos direcionamentos propostos pelas ciências, que atualmente passavam por uma fase de descrédito”. Ainda segundo o professor, as autoridades que refutaram a ciência foram obrigadas a voltar atrás. Aquelas que usaram de seu poder institucional para reforçar a prudência e racionalidade foram fortalecidas.

Os profissionais da educação, ao revelarem, através das respostas aos questionários, que o ensino remoto, em sua maioria, acontece por meio das redes sociais configura-se como um aumento das desigualdades nas escolas do campo, pois, como afirmado anteriormente, o acesso à internet nas unidades escolares do campo ainda é uma problemática persistente, o que impossibilita que esses estudantes tenham acesso às aulas. Nesta vertente, ao serem questionados se os alunos têm conseguido desenvolver as atividades propostas, apenas 26% afirmaram que sim, evidenciando as desigualdades do acesso ao ensino remoto.

Além disso, sobre as dificuldades que os estudantes apontam de acesso às atividades, 39,68% afirmaram que o problema é a internet de baixa qualidade. Também, segundo os profissionais da educação, 23,68% dos alunos afirmam não ter acesso à internet em casa. A desigualdade no acesso à rede mundial de computadores, principalmente dos alunos do campo, é demonstrada na fala de um (a) professor (a) ao responder uma questão discursiva que indagava sobre as medidas que a escola deveria tomar no contexto da pandemia: “Infelizmente os alunos da zona rural não têm acesso à internet e uma grande parte dos alunos da zona urbana também não possui esse acesso” (PROFESSOR 01, 2020).

Ainda percebemos um percentual alunos que não têm acesso de internet em casa, resultado da precarização na educação onde ignoram a diversidade sócio territorial brasileira e a realidade da infraestrutura que a população e as escolas dispõem, notadamente as escolas do

campo, quanto ao acesso à rede de internet, computadores, energia elétrica, entre outros fatores necessários para que a educação seja ofertada com qualidade socialmente referenciada (SANTOS, 2019).

Nessa análise, para além da importância de refletirmos sobre o desafio de preparar os professores para o uso das tecnologias em seu fazer pedagógico, é necessário avaliarmos se a formação contempla as tecnologias por uma ótica crítica, levando os professores a compreenderem que aquilo que o discurso hegemônico proclama, ou seja, as tecnologias como panaceia educativa, bem como a sua utilização sem princípios críticos e éticos, corresponde exatamente ao que o sistema capitalista almeja (VENTURINI; MEDEIROS, 2016).

Neste cenário, os avanços tecnológicos, não são capazes de amenizar as desigualdades sociais presentes no modelo de sociedade vigente, ao contrário, os potencializa, visto que muitos ainda não têm acesso, principalmente no campo. Desse modo, a defesa da Educação do Campo é por um modelo de sociedade mais justa, com os ideais marxistas, diferente do capitalismo, como afirma Santos,

Neste sentido, a Educação do Campo retoma o ideário marxista de uma educação emancipatória, que nasce das lutas dos trabalhadores camponeses para buscar mecanismos de superação do eclipse ideológico, que garante a dominação vigente do sistema capitalista. (2016, p. 170).

Ademais, os dados revelam as dificuldades encontradas na aplicação do ensino remoto devido a desigualdades no acesso à internet. Por isso, as desigualdades, já existentes, se mostram ainda mais gritantes em tempos de ensino remoto, no contexto da pandemia da Covid-19. O direito ao acesso as tecnologias, tanto no campo quanto na cidade, tem sido negligenciado, e para que o ensino *online* acontecesse deveria ser democratizado, como salienta um dos sujeitos no questionário: “O governo deveria oferecer a todos os alunos as tecnologias necessárias” (PROFESSOR 02, 2020).

O sistema capitalista tem suas raízes na exploração, expropriação e antagonismos de classes, é por natureza incorrigível, como afirma Mészáros (2008, p.12): “O capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível”. Assim, não se pode esperar mudanças/reformas que possibilitem uma possível equidade social dentro de um sistema que se sustenta nas desigualdades, na exploração de uma classe sobre a outra.

Ainda sobre o ensino remoto, especificamente no campo, os profissionais apontam que mesmo quando apenas enviadas atividades impressas, ou utiliza-se de aulas *online*, os estudantes do campo têm dificuldades em ter acesso a elas. Como afirma o Professor 03 (2020) “A escola vem adotando uma medida que é pouco eficaz as atividades impressas os alunos da zona rural não têm transporte para buscar toda semana e internet tbm ã é todo mundo que tem acesso, então, seria esperar passar a pandemia e fazer um novo calendário escolar”. As desigualdades se apresentam por meio da falta de acesso à internet, e também em relação a falta de transportes para ter acesso às atividades impressas ofertadas pela escola.

Além das desigualdades de acesso as atividades *online* ou impressas, outras problemáticas sociais interferem na questão das aulas remotas. A afirmação do professor 04 salienta essas questões “Não consigo imaginar como a escola pode estar atendendo nesse contexto, pois muitas das nossas crianças, são criadas por avós ou pais que não têm habilidades para ajudar as crianças nas atividades e alguns não possuem aparelhos tecnológicos” (PROFESSOR 04, 2020). Observando a fala deste sujeito, e dialogando com alguns autores críticos a esta concepção, a igualdade de oportunidades em uma sociedade desigual surge como uma ideologia e não pode, evidentemente, ser realizada enquanto as condições sociais que geram as desigualdades não desaparecerem (MÉSZÁROS, 2008).

Neste cenário, os responsáveis pelos estudantes não têm habilidades necessárias para auxiliar nas atividades, principalmente no campo na região nordeste. De acordo com os dados do IBGE, de 2018, a Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%) do país, em torno de quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (3,5 e 3,6%, respectivamente).

Nessa perspectiva, Bourdieu e Passeron (2008) afirmam que devemos reconhecer que os estudantes não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas atores socialmente constituídos que carregam um arcabouço cultural e social diferenciado, no qual pesam as heranças sociais e familiares.

5 Considerações finais

O presente estudo esteve alicerçado no objetivo de analisar os impactos e a viabilidade do uso das tecnologias do novo formato de educação nesse período de pandemia, na modalidade de Educação do Campo, no contexto do estado da Bahia. A pesquisa se centralizou por um questionário com 756 educadores da educação básica e superior,

conduzido pelo grupo GEPEMDECC/UESB. A partir dos dados, procurou-se identificar que formato da educação estava sendo ofertado nas escolas baianas, se à distância ou ensino remoto e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação, dando ênfase à modalidade de Educação do Campo.

Sobre os dados do questionário, cerca de 97.22% dos sujeitos, ou seja 735 participantes, são do estado da Bahia, outros são do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Tocantins, do Rio Grande do Sul, da Paraíba, do Acre, que juntos somam 2,28% do total de sujeitos pesquisados. Desse modo, os dados são, em sua maioria, referentes aos profissionais da educação que atuam na Bahia. Também, a modalidade de educação mais abarcada pelo questionário foi a Educação do Campo, com 137 profissionais que atuam na área. Assim, o número expressivo de professores, faz com que esses dados sejam relevantes para compreender a realidade do ensino em tempos da Covid-19, bem como as desigualdades/contradições que ainda persistem no que se refere as condições enfrentadas pelos profissionais da educação e seus respectivos alunos da cidade e do campo.

As desigualdades sociais já existentes, se tornam ainda mais evidentes em tempos de ensino remoto, no que tange a pandemia da Covid-19. Os acessos à internet de baixa qualidade pelos professores, bem como a redução de seus salários, dificultam sua atuação profissional. No que se refere aos estudantes, as desigualdades são ainda maiores. Dificuldades no acesso à internet é o que mais predomina, principalmente no campo, onde também existem problemáticas sobre a aquisição de atividades impressas. Destarte, a falta de orientação no domicílio faz com que os estudantes não consigam resolver as atividades sozinhos.

Desse modo, a Educação do Campo em tempos da Covid-19, se torna um grande desafio, devido às desigualdades sociais existentes em nossa sociedade. O desafio não se configura na forma de ensino, mas sim nas problemáticas já existentes que impossibilitam que os estudantes tenham acesso a bens e serviços essenciais. Além disso, fica ainda mais evidente a precarização docente, por meio de contratos de trabalho sem os mínimos direitos para o exercício da profissão. Portanto, a pandemia vivenciada no contexto em que se fez necessário o ensino remoto, potencializa as desigualdades na sociedade, desigualdades estas que são características essenciais do sistema capitalista vigente.

Referências Bibliográficas

ARROYO, M. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados.** Educ. Soc., Campinas, vol.31, n.113, p. 1381-1416, 2010.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J-C. **Elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 28 jun. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12759-resolucoes-ceb-2008>. Acesso em 16 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto legislativo nº 6, de 2020.** Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. **PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020.** Diário oficial da União. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 5/2020,** aprovado em 28 de abril de 2020. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 jun. 2020.

BAHIA. **RESOLUÇÃO CEE N.º 37 de 18 de maio de 2020.** Diário Oficial do estado da Bahia, de 21 de maio de 2020. Secretaria Estadual de Educação. 2020. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_37_2020_NORMA_S_COMPLEMENTARES_revisada_CDE_mesclado.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

BAHIA. **Resolução CNE/CES n.1 de 03 de abril de 2001**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Diário Oficial da União. Brasília, 9 de abril de 2001, seção 1, p.12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**: notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. saúde, Rio de Janeiro, v.7 n°1, p 35-64, mar/jun. 2009.

CAMPBELL, A. M. An increasing risk of family violence during the COVID-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. **Forensic Science International: Reports**, 2, December 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2665910720300384?via%3Dihub>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CAMPELLO, Tereza et al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 54-66, novembro 2018.

CETIC. **TICs Domicílios 2019**. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CORONAVÍRUS BRASIL COVID-19. **Painel Coronavírus**. Atualizado em: 11/02/2021 19:40. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso e: 11 fev. 2021.

DAVIS, Mike, *et al*: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

Faculdade Getúlio Vargas. **Especialistas debatem transformação da educação em meio à pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/especialistas-debatem-transformacao-educacao-meio-pandemia-covid-19>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FARIAS, Magno Nunes; JUNIOR, Jaime Daniel L. **Vulnerabilidade social e Covid-19**: considerações a partir da terapia ocupacional social. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi11YrCyyHuAhWSFLkGHRw-Ai0QFjAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fpreprints.scielo.org%2Findex.php%2Fscielo%2Fpreprint%2Fdownload%2F494%2F626%2F642&usg=AOvVaw3u0x1T5IguGbPF8zGwPKhu>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano V. No. 09, jul./dez. 2011.

GEPEMDECC - Grupo de estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB - Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem. **Os Impactos das tecnologias Educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares nos municípios localizados no Estado da Bahia no Contexto da pandemia de Covid-19**. Vitória da Conquista-BA; Maio, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

G1 (2019). **Educação: 43% das escolas rurais não têm internet por falta de estrutura na região, diz pesquisa.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/18/43percent-das-escolas-rurais-nao-tem-internet-por-falta-de-estrutura-na-regiao-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2020.

IBGE Educa Jovens (2020). **Uso de Internet, televisão e celular no Brasil.** Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em: 02 jun. 2020.

IBGE Educa Jovens (2020). **Conheça o Brasil – População Educação.** Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Revisão de Célia Neves. Editora Paz e Terra S. A- Rio de Janeiro; 1997. Impresso no Brasil.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Boitempo editorial, 2º reimp. 2008.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **O manifesto Comunista.** Fonte digital: Rocket Edition, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008. 2º ed.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PIRES, L.L.; CARVALHO, L; XAVIER, L.L. (2020). **COVID-19 e Desigualdade no Brasil.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340452851_COVID-19_e_Desigualdade_no_Brasil. Acesso em: 01 fev. 2021.

RIBEIRO, Renata Maia et al. **Políticas Públicas como forma de minimizar a desigualdade digital evidenciada pela Pandemia.** VII CONEDU- Congresso Nacional de Educação, Maceió-AL, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA21_ID7309_01102020184941.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Aliança (neo) desenvolvimentista e decadência ideológica no campo: movimentos sociais e reforma agrária do consenso.** Curitiba: CRV, 2016.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro.** Editora Edufba : Salvador – Ba. 2020. (no prelo).

SECRETARIA DE SAÚDE DA BAHIA. **Painel Coronavírus.** Atualizado em: 11/02/2021. Acesso em: <http://www.saude.ba.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SPIRKINE, A. YAKHOT, **O Princípios do Materialismo Histórico.** S. São Paulo: Estampa, 1975b.

VENTURINI, Aline Dal Bem. MEDEIROS, Liziany Müller. **Políticas públicas educacionais e o uso das tecnologias no atendimento educacional especializado.** CINTED-UFRGS. Novas Tecnologias na Educação. v. 14 nº 2, dezembro, 2016.

UNICEF (2020). **Covid-19: Mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Artigo recebido em: 23.02.2021 Artigo aprovado em: 17.06.2021 Artigo publicado em: 30.06.2021